

INSTITUTO DE ECONOMIA E FINANÇAS
18162 S.V.-697
BIBLIOTECA

Portugal Hoje



ina

A Família

Ana Nunes de Almeida
Karin Wall

Temática

Introdução

Estruturas Familiares em Mudança

- Casamento
- Divórcio
- Fecundidade
- Trabalho Feminino

Os Valores e as Representações

- A Relação Conjugal
- Os Filhos
- A Mulher na Sociedade

Influências Socioeconómicas

Síntese e Conclusão

Introdução

Ao longo das últimas décadas, a família registou em Portugal, como na maioria dos países industrializados, mudanças profundas. A sua leitura encontra-se, em primeiro lugar, na evolução dos indicadores demográficos: as taxas da nupcialidade, da fecundidade e do divórcio alteraram-se radicalmente a partir dos anos setenta. A família também se transformou na sua vida quotidiana: os papéis domésticos, os objectivos da união conjugal os tempos e os ritos familiares, o significado da criança, sofreram alterações, desiguais no entanto consoante a região do país a que se referem, o meio socioprofissional, o nível de escolarização ou a prática religiosa dos indivíduos.

Baseando-nos em dados estatísticos, inquéritos e pesquisas existentes ou em curso, procuramos aqui dar conta, resumidamente, das principais tendências de evolução das estruturas familiares, dos valores e representações que compõem, neste momento, o quotidiano das famílias; e, também, de algumas diversidades que atravessam a sociedade portuguesa no domínio da vida familiar.

Estruturas Familiares em Mudança

Para aproximarmos, num primeiro esforço, a realidade da família em Portugal nos anos 90, começamos por reunir um conjunto de indicadores demográficos. Mais ou menos directamente, estes dão-nos indícios sugestivos de alguns comportamentos-chave dos portugueses, no domínio familiar. É verdade que aqueles indicadores numéricos e a sua contagem podem dar, da realidade, uma imagem artificialmente rígida e esquemática. Mas têm, em contrapartida, a enorme vantagem de nos permitir arrumar e ordenar resultados no tempo e no espaço; põe-nos, assim, no encalce do estudo da mudança e abrem-nos, ao mesmo tempo, uma perspectiva de comparação regional ou europeia. Organizámo-los, assim, em três grandes grupos, obviamente solidários entre si: aqueles que nos sugerem maneiras de entrar na relação conjugal ou, mesmo, de a romper; os que revelam comportamentos dos casais perante a procriação; os que retratam, enfim, a participação das mulheres portuguesas no mercado de emprego.

Casamento

¹ Genericamente, podemos dizer que as taxas de nupcialidade relacionam, para um dado ano, o número de casamentos celebrados na população residente.

Em muitos dos países da Europa ocidental, a *nupcialidade*¹ conhece, desde 1960 até ao presente, um duplo movimento: sobe e atinge, primeiro, níveis altos; sofre uma queda, depois, mais ou menos tardia, mais ou menos abrupta, consoante os contextos, para níveis significativamente mais baixos. Neste caminho é a Suécia, sem dúvida, o país precursor; seguem-na a Dinamarca e a Alemanha, com quedas mais lentas e regulares. Ao contrário do que o senso comum muitas vezes nos leva a pensar, a queda impressionante do número de casamentos realizados, pode não ser o sinónimo perfeito de uma suposta «crise da família». Pelo contrário, demógrafos e sociólogos têm-na interpretado como um sinal, conjuntural do adiamento da idade de entrada em casamento, por um lado, e estrutural, por outro lado, demonstrando a existência cada vez mais frequente, nesses países, e sobretudo entre meios jovens de grandes cidades, das «uniões de facto», isto é, de formas de viver em casal, de coabitação, que não se formalizam através de uma cerimónia (nem na Igreja, nem no Registo Civil). Em termos mais genéricos, este é um indício, entre outros, de que se diversificaram, nas últimas décadas, os modos de entrar e de viver a conjugalidade em que a tradicional associação entre «casamento» e «início da família», pode não ser válida para todos,

Evolução da Nupcialidade



Em Portugal, a tendência registada nas 3 últimas décadas é semelhante à descrita, embora a evolução seja mais acidentada e o pico de inversão da tendência mais tardio. Assim, a taxa de nupcialidade sobe regularmente desde 1960 (7,8 por

mil) até 1975, ponto máximo (11,3 por mil), mas inflecte depois, subitamente, o seu sentido de subida e entra em acentuada queda até ao presente (onde toma o valor de 7,1 por mil — valor máximo, todavia, entre os países da Comunidade Europeia)². Na ausência de estudos sobre a realidade da «coabitação» no nosso país, podemos apenas afirmar que estes resultados parecem apontar, conjuntamente, para uma entrada mais tardia no casamento.

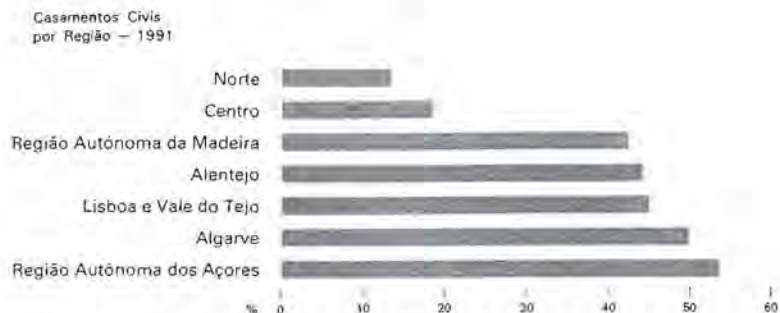
É curioso sublinharmos também que, até 1980, se nota uma distância excessiva entre as curvas de *nupcialidade feminina e masculina* devido, sobretudo, à emigração de homens: a curva feminina era indiscutivelmente inferior à masculina. Este fosso tende, porém, a desaparecer completamente, a partir de 1985, no que é um efeito de um maior equilíbrio numérico entre as duas populações residentes, adaptadas a novas situações do mercado matrimonial.

Ao contrário do que sucedia em sociedades do Antigo Regime, profundamente enraizadas no trabalho da terra e em cultos do sagrado, não pesam hoje sobre o casamento, nomeadamente sobre os momentos do ano em que este se realiza, interditos ou regras explícitas, de natureza religiosa ou relacionadas com o calendário agrícola. Apesar disso, notamos que, com uma enorme regularidade, por outras razões, os casamentos se concentram preferencialmente em certos meses do ano. Os meses de Verão e do tempo de férias, são precisamente aqueles escolhidos para a celebração dos rituais e da festa. Assim, hoje em Portugal, 60% do total de casamentos realizam-se em Julho, Agosto, Setembro, Dezembro e Maio.

Entretanto, no que surge como uma notável mudança em relação a décadas anteriores e na tradicional paisagem portuguesa de valores, a *percentagem de casamentos civis não tem parado de progredir no nosso País*, desde 1960. Sintoma crescente da laicização de certos rituais familiares, da sua maior diversidade também, esta passa de 9,6% (em 1960) para 27,5% (em 1991), valor apesar de tudo baixo no contexto dos países do Norte da Europa. A dispersão regional do fenómeno está longe, porém, de ser uniforme. O mapa de regiões revela, a este respeito, impressionantes contrastes (organizados, no Continente, em torno do dualismo Norte/Sul). Campeã do casamento civil, a Região Autónoma dos Açores apresenta, hoje, uma surpreendente percentagem da ordem dos 53%; seguem-na o Algarve (com 49%), Lisboa e o Vale do Tejo (44%), o Alentejo (43,5%) e a Região Autónoma da Madeira (42%).

² Todos os dados demográficos referidos neste texto, salvo indicação em contrário, foram elaborados a partir das Estatísticas Demográficas do INE ou das informações da Eurostat.

A Região Centro (com 19%) e o Norte (com 13,5%), registram as percentagens mínimas.



As oscilações da nupcialidade prendem-se, obviamente, com as da *idade média de entrada no casamento* de homens e mulheres. Assim, se num primeiro momento, nos países europeus, essa idade baixou nas últimas décadas (favorecendo a inicial subida das taxas de nupcialidade), num segundo momento voltou a subir. Sempre elevada entre os homens, a idade média do casamento começa por baixar em Portugal entre 1974 e 1980, para voltar a subir até aos dias de hoje. É um facto que se prenderá, entre outros, com o alongamento considerável da socialização escolar e do correspondente atraso de entrada dos jovens, rapazes e raparigas, na vida activa e, mesmo, no estado adulto a que o casamento se associa. Assim, em 1992 essa idade ronda os 24,5 anos, para as mulheres, e os 26,4 anos para os homens.

Tal como na Europa, *também em Portugal nascem cada vez mais crianças fora do casamento*, isto é, de pais que não estão casados. Se bem que indirecto, este é, porventura, um dos raros indicadores demográficos de que dispomos, no nosso País, para aproximarmos a realidade das uniões de facto ou coabitações, a que já fizemos, de resto, referência.

São os países nórdicos, sem dúvida, aqueles que lideram e apresentam os valores extremos dessas situações em que casamento e maternidade/paternidade não constituem, afinal, duas faces da mesma moeda. Em cada 2 bebés que nascem hoje na Suécia ou na Dinamarca, por exemplo, 1 é filho de pais que coabitam, mas que não estão casados. Eis, portanto, uma realidade em profunda mudança: o casamento formal não precede, necessariamente, a maternidade ou a paternidade; das novas formas de conjugalidade, onde se inclui a coabitação, não é liminarmente excluído o projecto de procriação.

Comparativamente a estes resultados, a mesma realidade, na Europa do Sul, revela-se com contornos aparentemente mais discretos. Ainda assim, o número de *nascimentos fora do casamento* cresce continuamente e duplica, em Portugal, desde 1960 até ao presente. Passa de 8 (em 1960) para 16 em 100 (no ano de 1991), valor máximo entre os países europeus meridionais. Todavia, e mais uma vez, o território nacional não constitui um espaço homogéneo, subdividindo-se, grosso modo, em duas metades definidas pelo Tejo. Os contrastes são consideráveis entre, por exemplo, o Algarve e o Alentejo litoral (onde este indicador se aproxima actualmente dos 31% de bebés nascidos de pais não-casados), ou mesmo a Área Metropolitana de Lisboa (com 24%) e regiões como as do Vale do Ave, do Cávado ou Tâmega, os concelhos vizinhos do Porto (onde não chega aos 5,5%). Tudo nos leva a crer, assim, que as uniões de facto começam a ganhar terreno em algumas zonas do País — precisamente naquelas em que, tradicionalmente, as práticas religiosas das populações se mantêm nos níveis mais baixos e, comparativamente a outras, é aí deficiente a cobertura institucional da Igreja³.

Divórcio

Curiosamente, deparamos com a mesma dicotomia no caso de um outro indicador, o *divórcio*. Um pouco como em toda a Europa, embora mais tardiamente⁴ e com uma expressão numérica mais modesta, a frequência do divórcio aumenta em Portugal, desde finais da década de 70 até 1991/92. Em 1991, por exemplo, valor máximo dos últimos 30 anos, ocorreram 129 divórcios por cada 1 000 casamentos celebrados (em 1989, na Suécia: 450; em França: 311). Uma análise por regiões mostra-nos, inequivocamente, um País dividido em dois. Na metade sul, a Área Metropolitana de Lisboa aparece-nos destacadíssima (com 260 divórcios por mil), seguida pela Península de Setúbal, pelo Alentejo litoral e o Algarve. Aqui, sem dúvida, tendem a banalizar-se os comportamentos de ruptura voluntária da relação conjugal, entendida prioritariamente como construção privada do casal, sinal, entre outros, da conjugalidade moderna. A metade norte, pelo contrário, apresenta valores francamente mais baixos, sobretudo nos vales do Ave, Cávado e Tâmega, oscilando entre os 22,5 e os 46,9 por mil⁵. São resultados que sugerem aqui o predomínio de uma concepção

³ Consultar, por exemplo: Ana Nunes de Almeida, *Comportamentos demográficos e estratégias familiares no Continente português, 1900-1970*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1984. Luis de França, *Comportamento Religioso da População portuguesa*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento/Moraes Editores, 1980. Augusto da Silva, *Prática religiosa dos católicos portugueses*, «Economia e Sociologia», (25/26) 1979.

⁴ Não esqueçamos que, até à revogação da Concordata com a Santa Sé em 1975, o divórcio estava proibido em Portugal para aqueles que, anteriormente, tinham realizado um casamento na Igreja. Consultar, para mais detalhes, Anália Torres, *Levantamento sociográfico do divórcio em Portugal, 1970-1986*, Lisboa, Direcção Geral da Família, 1988.

⁵ Dados cedidos por Isabel Margarida André, incluídos numa dissertação de doutoramento em Geografia Humana, em fase de conclusão, sobre *O emprego feminino e a reprodução social*.

do casamento, profundamente influenciada pela doutrina católica, como uma realidade para toda a vida.

Não é apenas, porém, «a região» a única variável a introduzir diversidade na paisagem portuguesa, construída a partir daquele indicador. Com efeito, a presença expressiva do divórcio realça certas classes sociais, em detrimento de outras. Entre os vários grupos socioprofissionais, são sobretudo os «quadros superiores» e as «profissões liberais», os «quadros médios» e os «empregados», aqueles que registam a maior incidência de mulheres divorciadas⁶. No que respeita aos «grandes grupos de profissões», por outro lado, essa frequência é particularmente significativa, para homens e mulheres, entre o «pessoal das profissões científicas, técnicas, artísticas e similares» e, depois, entre o «pessoal administrativo», para as mulheres, entre «directores, quadros superiores administrativos» ou «pessoal do comércio», nos homens. Pelo contrário, são as categorias associadas a baixos rendimentos ou as dos «agricultores», as menos afectadas pelo divórcio. A instrução introduz, por seu turno, outras disparidades flagrantes. Assim, nos dois sexos, são os indivíduos que frequentam o ensino superior, primeiro, o ensino secundário, depois, aqueles que mais recorrem à separação.

O divórcio revela-se, assim, um comportamento preferencialmente associado a casais em que os dois cônjuges, dotados de uma boa bagagem escolar, investem em actividades profissionais autónomas e pertencem, genericamente, às chamadas classes médias urbanas. Nelas não se sente, em todo o caso, o problema da reprodução e transmissão da propriedade agrícola familiar (questão central, por exemplo, no casamento camponês), o da manutenção de um nível material mínimo de vida, só assegurado através do contributo financeiro esforçado dos dois cônjuges (como é justamente o caso dos grupos sociais mais desfavorecidos), nem, tão pouco, os condicionalismos ditados por estratégias de conservação ou alargamento do património económico familiar (frequentes entre os grupos sociais mais favorecidos). Sendo assim, *são os indivíduos oriundos daquelas classes médias aqueles que justamente parecem gozar de uma maior margem de manobra em projectos de construção, ou mesmo de reconstrução, conjugal.*

Entretanto, nas histórias de cada um, o divórcio raramente se traduz no fim da família ou, mesmo, da conjugalidade. A uma experiência sucedem-se outras e são cada vez mais os estudos que descrevem o surgimento de novas formas familiares, desde as «famílias monoparentais» (famílias consti-

tuidas por uma mãe ou um pai que reside, só, com os filhos) até às «famílias recompostas» (as que resultam de segundos casamentos). São outros sinais de diversidade e do aparecimento ou redefinição de novos papéis, nomeadamente conjugais ou parentais, dentro da família.

Sabe-se, por outro lado, que os casamentos em segundas núpcias acontecem com mais frequência entre os indivíduos do sexo masculino. Em Portugal e entre os anos de 1975 e 1991, por exemplo, aumentou inclusivamente a distância entre *recasamentos* de homens e mulheres. Traduzamos numericamente esta realidade: do total de homens que casam em 1992, 2,2% são viúvos e 6,4% divorciados; no que toca às mulheres, as percentagens são, respectivamente, 1,3% e 4,6%. Para além da presença de velhos preconceitos acerca da identidade feminina, esta distância relaciona-se, sobretudo, com o facto de serem as mulheres divorciadas que mais frequentemente ficam com os filhos do casal e de estes pesarem, sem dúvida, como um sério obstáculo à realização de outra experiência de conjugalidade.

Fecundidade

Vejamos, agora, o outro conjunto de indicadores relativos, desta vez, à *fecundidade* dos casais portugueses. Neste campo, e no que se refere às últimas 2 décadas, os sinais de mudança são radicais. Com a Espanha, Itália e Grécia, Portugal é, até aos anos 60, um dos países da Europa com mais elevadas taxas de natalidade e fecundidade, traduzidas em descendências numerosas. Hoje, pelo contrário, e enquanto se assiste, noutros contextos, a uma progressiva subida e retoma daqueles indicadores, no nosso País *os valores da fecundidade caíram para níveis baixíssimos.*

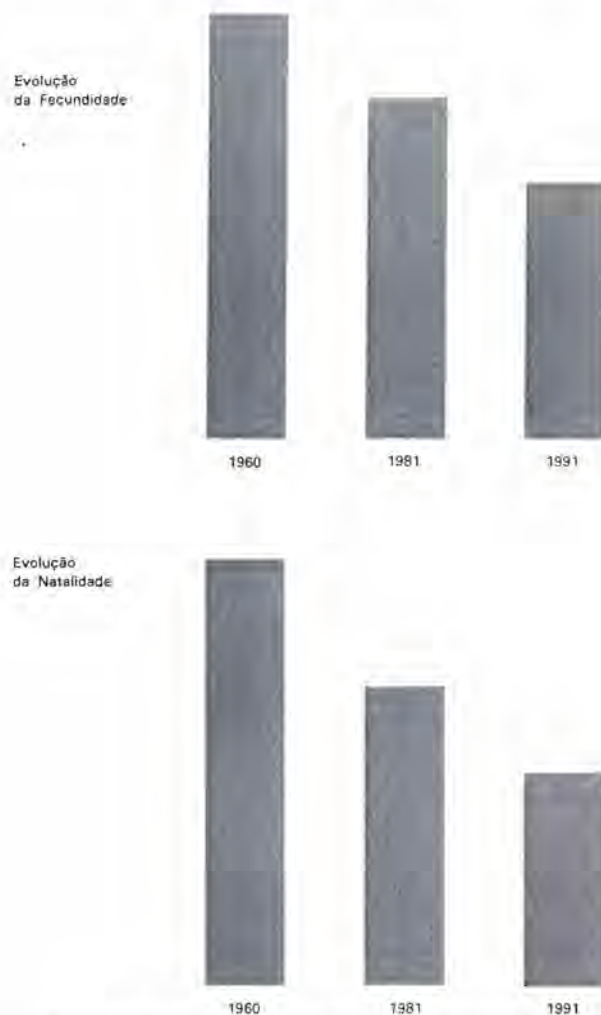
Queda brutal e recente, por um lado; dispersão regional muito uniforme do fenómeno de baixa, por outro, parecem ser duas viragens e marcas decisivas da fecundidade em Portugal nos anos 90. De tal maneira que podemos dizer, sem nos enganarmos, que se há traço que aglutina, num todo homogéneo, as práticas dos casais portugueses por todo o País, ele é, sem dúvida, a fecundidade.

Recuemos um pouco no tempo. Em 1960, o índice sintético de fecundidade⁷ em Portugal era igual a 2,71; a taxa específica de natalidade⁸ aproximava-se então do 93 por mil.

⁷ O índice sintético de fecundidade corresponde ao número médio de filhos por mulher em idade de procriar (isto é, cuja idade se situa entre os 15-49 anos).

⁸ A taxa específica de natalidade é o nº de nados vivos por mil mulheres em idade fértil.

⁶ Cf. Anália Torres, *op. cit.*



Fortemente marcado por valores altistas no contexto europeu, Portugal apresentava-se, por outro lado, e para esta variável, como um país profundamente marcado por contrastes. A sua metade norte, por exemplo, e muito especialmente o espaço constituído pelos distritos de Porto e Braga, Viana do Castelo, Aveiro, Bragança e Viseu, com valores máximos, opunha-se aos distritos meridionais, sobretudo os do interior e o de Lisboa, onde incidiam os valores mínimos. Para além de uma desigual presença de práticas religiosas nestes dois espaços, os especialistas interpretaram esta oposição marcante da década de 70, como sinal de uma maior ou menor relevância estrutural das actividades agrícolas em torno da pequena propriedade familiar

(das quais não se excluía, de resto, cumplicidades com o trabalho e o salário de fábrica). Na verdade, uma descendência múltipla assegura braços adultos para o trabalho nos campos e, durante a velhice dos pais, uma presença protectora. Em 1981, porém, aqueles índices haviam já baixado para 2,17 e 64,9 por mil, respectivamente; em 1991, para 1,59 e 46,9 por mil. E, ao contrário do passado, apagam-se agora os grandes contrastes e a dispersão desses valores por todo o espaço do País é insignificante: a homogeneidade é a regra, o padrão uniforme.

A queda da fecundidade evidencia, designadamente com o recurso a formas de contracepção eficazes, como as práticas de controlo dos nascimentos se generalizaram massivamente na sociedade portuguesa e, com elas, uma nova maneira de encarar a conjugalidade: viver uma longa vida em casal não implica, necessariamente, ter muitos filhos; *deixa de ser óbvio que a conjugalidade abra imediatamente a porta à maternidade.*

Nesta descida podemos ver um efeito, conjuntural e de natureza demográfica (a recuperar, portanto, mais tarde), do adiamento da idade de entrada no casamento ou, mesmo, entre os casais recém-constituídos, do atraso da vinda de um primeiro bebé. Na verdade, naquele lapso de tempo (1960-1991), a natalidade baixa em todas as categorias etárias de mulheres mas, muito especialmente, no grupo dos 20-24 anos. Mas, num contexto de forte regressão das taxas de mortalidade infantil, de recuo de formas tradicionais de vida agrícola, de laicização crescente dos comportamentos quotidianos, de consolidação do Estado Providência e das suas malhas de assistência, de avanços consideráveis da escolarização, de um nível alto de taxas de emprego feminino, *o extraordinário investimento que os casais hoje fazem na socialização escolar das suas crianças* (cada vez mais longa, entendida como um instrumento crucial para a qualificação, inserção e promoção socioprofissionais), *pelos custos que acarreta, é, porventura, um dos maiores incentivos à limitação do número de filhos.*

Trabalho feminino

Portugal apresenta, no princípio da década de 90, a maior taxa de *actividade feminina* (dos 15 aos 64 anos) entre os países da Europa do Sul, e uma taxa elevada no contexto dos países da Comunidade Europeia⁹. Ronda os 60% (em 1988) — contra

⁹ Cf. Marie-Agnès Barrère-Maurisson e Olivier Marchand, *La prise en charge du domestique. Comparaisons des liens entre structures familiales et marchés du travail dans les pays développés*. Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres, Karin Wall (eds.), *Familias et Contextes Sociaux - Les espaces et les temps de la diversité*. «Actes du Colloque de Lisbonne», Lisbonne, CIES/AISLF, 1992, pp. 133-150.

Evolução da Fecundidade



Evolução da Natalidade



Fortemente marcado por valores altistas no contexto europeu, Portugal apresentava-se, por outro lado, e para esta variável, como um país profundamente marcado por contrastes. A sua metade norte, por exemplo, e muito especialmente o espaço constituído pelos distritos de Porto e Braga, Viana do Castelo, Aveiro, Bragança e Viseu, com valores máximos, opunha-se aos distritos meridionais, sobretudo os do interior e o de Lisboa, onde incidiam os valores mínimos. Para além de uma desigual presença de práticas religiosas nestes dois espaços, os especialistas interpretaram esta oposição marcante da década de 70, como sinal de uma maior ou menor relevância estrutural das actividades agrícolas em torno da pequena propriedade familiar

(das quais não se excluía, de resto, cumplicidades com o trabalho e o salário de fábrica). Na verdade, uma descendência múltipla assegura braços adultos para o trabalho nos campos e, durante a velhice dos pais, uma presença protectora. Em 1981, porém, aqueles índices haviam já baixado para 2,17 e 64,9 por mil, respectivamente; em 1991, para 1,59 e 46,9 por mil. E, ao contrário do passado, apagam-se agora os grandes contrastes e a dispersão desses valores por todo o espaço do País é insignificante: a homogeneidade é a regra, o padrão uniforme.

A queda da fecundidade evidencia, designadamente com o recurso a formas de contracepção eficazes, como as práticas de controlo dos nascimentos se generalizaram massivamente na sociedade portuguesa e, com elas, uma nova maneira de encarar a conjugalidade: viver uma longa vida em casal não implica, necessariamente, ter muitos filhos; *deixa de ser óbvio que a conjugalidade abra imediatamente a porta à maternidade.*

Nesta descida podemos ver um efeito, conjuntural e de natureza demográfica (a recuperar, portanto, mais tarde), do adiamento da idade de entrada no casamento ou, mesmo, entre os casais recém-constituídos, do atraso da vinda de um primeiro bebé. Na verdade, naquele lapso de tempo (1960-1991), a natalidade baixa em todas as categorias etárias de mulheres mas, muito especialmente, no grupo dos 20-24 anos. Mas, num contexto de forte regressão das taxas de mortalidade infantil, de recuo de formas tradicionais de vida agrícola, de laicização crescente dos comportamentos quotidianos, de consolidação do Estado Providência e das suas malhas de assistência, de avanços consideráveis da escolarização, de um nível alto de taxas de emprego feminino, *o extraordinário investimento que os casais hoje fazem na socialização escolar das suas crianças* (cada vez mais longa, entendida como um instrumento crucial para a qualificação, inserção e promoção socioprofissionais), *pelos custos que acarreta, é, porventura, um dos maiores incentivos à limitação do número de filhos.*

Trabalho feminino

Portugal apresenta, no princípio da década de 90, a maior taxa de *actividade feminina* (dos 15 aos 64 anos) entre os países da Europa do Sul, e uma taxa elevada no contexto dos países da Comunidade Europeia⁹. Ronda os 60% (em 1988) — contra

⁹ Cf. Marie-Agnès Barrère-Maurisson e Olivier Marchand, *La prise en charge du domestique. Comparaisons des liens entre structures familiales et marchés du travail dans les pays développés*, Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres, Karin Wall (eds.), *Familias et Contextes Sociaux — Les espaces et les temps de la diversité*, «Actes du Colloque de Lisbonne», Lisbonne, CIES/AISLF, 1992, pp. 133-150.

os 44% da Itália, os 42% da Grécia, os 39% da Espanha, os 56% da França, por exemplo ¹⁰.

Entretanto, vale a pena registarmos que esses valores são máximos entre as mulheres com idades compreendidas entre os 25-54 anos, isto é, entre aquelas que mais tarde ou mais cedo, em grande maioria, se vão defrontar com um período de maternidade activa. Sublinhamos, ainda, que os níveis de participação se mantêm muito elevados entre as mulheres casadas (rondam os 49%, valor que, na Europa, só é ultrapassado pelos da França e do Reino Unido), entre as mulheres com 1 filho, pelo menos, com idade até aos 9 anos. São baixas, entretanto, as percentagens de mulheres que trabalham a tempo parcial (não chega a 6%); e baixas, igualmente, as taxas de desemprego feminino, sobretudo as relativas ao desemprego de longa duração (em 1989 correspondem a 7,2%). *Como explicar, então, esta fortíssima participação das portuguesas no mercado de trabalho*, sabendo-se que ela se faz, para mais, numa etapa da sua vida particularmente pesada, em termos de responsabilidades familiares, e no contexto de um *défice* notório de estruturas públicas e privadas de guarda das crianças?

A queda das taxas de natalidade e de fecundidade pode, sem dúvida, ser uma variável cúmplice da participação, embora não a explique completamente; em termos comparativos, os valores do emprego feminino eram já elevados num contexto de alta fecundidade; e, por outro lado, as taxas baixaram para níveis semelhantes nos dois grupos de mulheres, activas e não activas. *O acesso à instrução*, o avanço muito significativo das mulheres em todos os escalões de ensino (incluindo o superior ¹¹) contribuem, sem dúvida, para encorajar a sua actividade profissional. E, em muitos contextos, *o dinamismo das redes de entreaajuda entre parentes próximos* (às vezes mesmo a co-residência), por sua vez, podem facilitá-la. Na década de 80, por exemplo, Portugal apresentava, comparado com os países do Norte da Europa, uma proporção relativamente elevada (19,1%) de grupos domésticos complexos — isto é, grupos compostos por dois ou mais casais ou por um casal, com ou sem filhos, residindo com outros parentes — e uma percentagem baixa de grupos domésticos de uma só pessoa (13%, contra os 24% em França, os 30% na RFA ou os 22% da Holanda ¹². Mas a resposta àquela pergunta torna-se mais completa ao lembrarmos, resumidamente, que natureza ou tipo de participação está aqui em causa.

Se atendermos aos sectores de actividade existentes, notamos que, em 1992, as mulheres representam, 21% da

população empregada no sector primário, 24% no secundário e 48,4% no terciário ¹³. Por outro lado, a percentagem de mulheres em relação ao total de trabalhadores é máxima, por exemplo, em certos ramos de actividade: a educação (onde se fazem representar com um peso de 76%), a saúde (74%), as indústrias têxteis (69%), os serviços pessoais e domésticos (60%), a agricultura (53,4%), os restaurantes e os hotéis (50%). Se considerarmos, agora, os grandes grupos de profissões, a participação feminina é máxima entre o pessoal dos serviços de protecção e domésticos (65%), entre as profissões científicas e liberais (53,2%), o pessoal administrativo (52,5%), entre os agricultores e trabalhadores agrícolas (52%); é mínima, pelo contrário, designadamente, entre os trabalhadores da produção (26%) ou entre os directores e os quadros superiores de empresa (20,9%). Este conjunto de resultados aponta, efectivamente, para *perfis-tipo de participação, estreitamente relacionados, afinal, com especificidades do tecido económico português*.

A emigração e o recrutamento militar masculinos, tão pronunciados na década de 60, proporcionaram um considerável protagonismo das mulheres à frente, nomeadamente, das explorações agrícolas familiares de densas regiões do Noroeste português. Para além de uma presença notável na agricultura, a mão-de-obra feminina, abundante, pouco instruída, foi massivamente recrutada pelos ramos da indústria transformadora de exportação, com um peso notável no tecido produtivo português (como o têxtil, o vestuário e o calçado, mais recentemente a electrónica), que se vieram acomodar nessas zonas rurais. Entretanto, a partir da década de 70, mais a Sul, em toda a região de Lisboa e Setúbal, foi a expansão notável dos serviços de administração pública (como a educação e a saúde) que atraíu grande parte do emprego feminino. A maior possibilidade de flexibilização dos horários de trabalho joga, sem dúvida, nessa popularidade.

Perante a participação intensa das mulheres na população activa, coloca-se a pergunta dos efeitos da mesma na vida doméstica das famílias. Apesar das representações igualitárias e simétricas dos papéis familiares dos dois sexos ganharem cada vez maior número de adesões na sociedade portuguesa, a verdade é que continuam a ser as mulheres, na prática, as principais responsáveis pelas tarefas de gestão da casa e de criação dos filhos pequenos. *A actividade feminina não conduz, automaticamente, a uma redefinição da divisão do trabalho familiar*. Embora se desconheçam variações consoante o meio

e também, Maria José Maranhão e Isabel Duarte, *Mulheres sóz em Portugal*, «Sociologia — Problemas e Práticas», n.º 9, 1991, pp. 89-106. Tudo nos leva a crer, entretanto, que a proporção de famílias alargadas ou complexas não tenha diminuído, da década de 80 para a de 90, sendo um dado a confirmar logo que dispusermos de informação estatística actualizada. Para já, os resultados apurados pelo INE no *Inquérito às Despesas e Receitas Familiares — 1989*, no que toca aos «tipos de agregado», e depois de excluídas as «pessoas sóz» (12%), os «casais com ou sem filhos» (45%), os «agregados monoparentais» (2%), registam uma percentagem de 40% para os «outros tipos de agregados». Embora aqui se incluam, obviamente, tipos de co-residência não-familiar, é legítimo admitirmos que a proporção de famílias complexas continua a não ser insignificante.

¹³ Cf. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Portugal — Situação das Mulheres 1992*. Lisboa: CIDM, Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992.

¹⁰ À primeira vista, a taxa portuguesa fica aquém das máximas, registadas nos países nórdicos — 79,3% na Dinamarca, 80% na Suécia. No entanto, e ao contrário da primeira, estas taxas incluem percentagens elevadíssimas (superiores a 40%) de trabalho a tempo parcial. Assim, e se por exemplo o ponto de referência for o número de horas de trabalho, podemos dizer que Portugal tem a taxa mais alta de actividade feminina da Europa da Comunidade Europeia.

¹¹ Em termos internacionais Portugal integra-se, neste domínio, sem dúvida, no universo dos países onde a igualdade entre os sexos no sistema de ensino é uma realidade. Como o Canadá, os Estados Unidos, a Noruega, por exemplo, em 1985, a taxa de acesso das raparigas à Universidade (13,8%), no nosso País, suplanta inclusivamente a dos rapazes (12,2%) — cf. C. Baudelot e R. Establot, *Allez les filles!* Paris, Points, 1992.

¹² São, no entanto, de realçar alguns contrastes regionais. A grande Lisboa é, no País, a região que apresenta a maior concentração de famílias de uma pessoa só; pelo contrário, as famílias complexas encontram-se em proporções mais elevadas nos distritos do Norte e tendem a diminuir na região Centro (exceptuando os distritos de Aveiro e de Viseu) e na região Sul — cf. João Arriscado Nunes, *Les transformations récentes de la famille et du ménage au Portugal (1961-1981)*, António Custódio Gonçalves et al. (dirs.) «La sociologie et les nouveaux défis de la modernisation», Porto, AISLF/Secção de Socio. da Fac. de Letras do Porto, 1988, pp. 485-506;

¹⁴ Cf. Fernanda Infante (coordenadora), *Tempo para o trabalho, tempo para a família*, Lisboa, Direcção-Geral da Família, 1988. Ver também José Machado Pais, *Família, sexualidade e religião*, «Análise Social», n.º 85, 1985, pp. 345-388.

social, o tipo de emprego da mulher ou os recursos do casal, um recente Inquérito ao quotidiano das famílias portuguesas constituídas por casais com filhos de idade inferior a 15 anos revelou que só em 28% dos casos participa todo o grupo familiar nas tarefas domésticas. A participação do pai é particularmente insignificante em tarefas como a preparação das refeições (37%), fazer a cama (28%), lavar a louça (22%), lavar a roupa (2%) ou passá-la a ferro (5%)¹⁴. A distância entre o ideal e a prática é, aqui, particularmente vincada.

Os Valores e as Representações

Feito o ponto da situação da família em Portugal a partir de indicadores-síntese de alguns comportamentos-chave, podemos sondar, agora, outro nível da realidade: o dos valores e representações. Notámos atrás que, com excepção do caso da fecundidade, a paisagem familiar portuguesa dificilmente se pode pintar de uma só cor; as tonalidades variam, por vezes consideravelmente, consoante as regiões ou os grupos sociais em que ocorrem esses comportamentos. A diversidade das práticas é, pois, um traço marcante. Já o universo das representações dos portugueses sobre aspectos gerais da família, ao contrário, parece ser mais consensual e aglutinador. Organizado em torno de fortes tendências centrais, as estreitas brechas surgem com uma expressão francamente discreta.

Em dez países europeus, incluindo Portugal, foi lançado, em 1990, um Inquérito sobre valores a respeito de vários domínios do quotidiano¹⁵, sendo um deles precisamente a família. Nele se procurou recolher e interpretar representações dos portugueses a propósito de algumas vertentes dessa realidade: o lugar da família no quotidiano; a forma e a natureza da relação conjugal; as relações entre pais e filhos, as mulheres na família e na sociedade. Apresentamos, de seguida, alguns dos seus principais resultados — esforço tanto mais interessante quanto dispomos, já, de informações sobre alguns dos comportamentos a que essas representações se referem.

A família detém, no dia a dia, uma importância decisiva para os portugueses, como aliás para os europeus em geral. É, sem dúvida, uma esfera prioritária de confiança, de investimento e dedicação individual, gozando de um predomínio absoluto sobre as restantes esferas de actividade do indivíduo — seja o trabalho, os amigos e conhecidos, os tempos

livres. Na verdade, e para ilustrar um exemplo, regista-se um enorme consenso (na ordem dos 85%) a respeito da satisfação que a vida familiar proporciona, entre novos e velhos, homens e mulheres, ricos e pobres, instruídos e analfabetos, católicos e ateus, a residirem no campo ou na cidade. Aliás, são resultados que concordam com os de um Inquérito realizado em 1989 a «jovens portugueses». A família é um dos «aspectos do seu futuro» a que atribuem maior importância e o domínio que mais jovens (81%) encaram com grande esperança¹⁶. É mais um sinal a pôr em causa a suposta crise da família: nos valores comuns, ela ocupa um lugar de grande destaque.

¹⁶ Cf. *Inquérito à Juventude portuguesa — situações, problemas, aspirações*, Lisboa, Instituto Juventude/Instituto de Ciências Sociais, 1989.

A relação conjugal

Reportando-nos mais especificamente à relação conjugal, não chega, entretanto, a 1/4 o número de inquiridos que considera «o casamento como uma instituição antiquada», resultado que parece acertar com a baixa percentagem de «uniões de facto» que existem no nosso país. Vale a pena conhecermos que franjas de população correspondem àquela minoria que destoa francamente da tendência geral. São sobretudo os homens, os indivíduos mais novos, os divorciados e separados, as categorias socioprofissionais assalariadas próximas dos empregados dos serviços de meio urbano ou dos operários (industriais ou agrícolas), com um nível de instrução secundário, declarando-se explicitamente ateus, os que tendem a mostrar uma atitude mais céptica em relação ao casamento-instituição.

Do ponto de vista das práticas, a própria coabitação manifesta-se, de resto, com uma expressão insignificante entre os entrevistados (todos eles com uma idade igual ou superior a 18 anos): apenas 1,6% «vivem com companheiro» no momento da realização do Inquérito, enquanto 57% estão «casados»¹⁷. Envolve os indivíduos mais novos, sobretudo mulheres residentes em meio urbano, social e culturalmente desfavorecidas. Com toda a prudência que uma interpretação daquela pequena percentagem impõe, estes resultados parecem sugerir que «viver com companheiro», em Portugal, não se associará tanto (ou por enquanto), como na restante Europa, a um comportamento próprio de camadas favorecidas da população, mas antes a pressões ditadas pela precaridade dos mesmos recursos.

A generalidade dos portugueses ordena e valoriza de maneira semelhante as «situações que explicam a felicidade do

¹⁷ Outros 30% são solteiros, 5,4% divorciados ou separados e 7% são viúvos.

¹⁵ Promovido pelo «European Values Study Group», o Inquérito abrangeu a Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, Irlanda do Norte, República da Irlanda, Itália, Holanda, Espanha e Portugal. Focando diferentes esferas de actividade individual (como o trabalho, o lazer, a política, a religião, a família, por exemplo), procurava responder a duas grandes questões: o espaço europeu era, ou não, um espaço culturalmente homogéneo? que linhas de mudança se podiam detectar, no tempo, a propósito daqueles valores? Em Portugal, o Inquérito, o tratamento e a interpretação dos dados foi promovido pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. O universo era constituído por indivíduos maiores de 18 anos, residentes em Portugal. A amostra, constituída por 1 185 indivíduos, foi seleccionada segundo o método de quotas que cruza as variáveis idade, sexo e grau de instrução. A obra está em curso de publicação. O capítulo relativo à família, em que nos baseamos e citamos neste ponto, foi da responsabilidade de Ana Nunes de Almeida e Maria das Dores Guerreiro.

casamento». Destacam primeiro o «respeito mútuo» (83%), depois a «fidelidade» (77%) e a «compreensão e tolerância» (75%), remetendo a «gratificação sexual» e a «procriação» para lugares mais distantes (65%). No que respeita ao «ter filhos», realidade que, na doutrina da Igreja Católica, surge como um dos pilares do matrimónio (e que os próprios comportamentos restritivos de fecundidade na generalidade do País parecem, desde logo, pôr em causa), cerca de 35% dos inquiridos não o consideram «muito importante para a felicidade do casamento». São eles os mais jovens e os solteiros, os residentes em meio urbano, detentores de um nível de instrução superior mas sobretudo secundário, pertencentes a fracções da pequena burguesia (em especial os empregados dos serviços), ligados aos maiores índices de participação política e ateus. Já os factores concretos e as condições materiais de existência que envolvem a vida conjugal (como sejam um «rendimento adequado», uma «boa habitação», «a partilha das tarefas domésticas», «serem da mesma classe social») são sistematicamente relegados para um plano mais discreto. Como na generalidade dos países europeus, *a grande maioria dos portugueses representa a conjugalidade como um refúgio, como um lugar privado de aferição entre os esposos, donde se expulsam as contingências e os interesses materiais do mundo que os rodeia*. Reencontramos aqui, perfeitamente ilustrada, a ideologia da conjugalidade moderna.

Podemos admitir, entretanto, que é hoje discutível a representação tradicional do casamento como uma realidade para toda a vida. Na verdade, a rejeição pura e simples do «divórcio» é uma atitude francamente minoritária: apenas 17% dos inquiridos, socialmente muito localizados, declaram que aquele «nunca se justifica». São fundamentalmente indivíduos idosos, residentes em meios rurais, no Norte do País ou na Regiões Autónomas, iletrados ou que possuem apenas o ensino primário/básico, com rendimentos baixos e católicos praticantes. Uma grande tolerância face a essa decisão, pelo contrário, reina entre larguíssimas franjas da população.

Os filhos

Imagem do que sucede por todo o País, os resultados do Inquérito ilustram a pequena dimensão das descendências nas famílias da amostra. Os resultados, ligeiramente abaixo da média dos países europeus contabilizam, em média, 1,9 filhos por

casal, quando se exclui do cálculo o grupo de solteiros que não possui descendência. Quem são, apesar de tudo, os indivíduos que ainda hoje possuem descendências numerosas? Voltamos a encontrar o grupo social anteriormente caracterizado: os mais idosos, residentes no Norte de Portugal e nas Regiões Autónomas, com os níveis mais baixos de escolaridade e de rendimento, pertencentes a categorias sociais ligadas à agricultura, católicos praticantes. Voltando ao campo das representações, é curioso assinalarmos que o número de filhos que se considera ideal (em média 2,4, situando-se o valor modal nos 2 filhos) excede ligeiramente o seu número real. A diferença entre os dois valores da fecundidade (a desejada ultrapassa a efectiva) parece assinalar que nem sempre existirá uma estabilidade ou adequação perfeita entre os projectos e os comportamentos efectivos dos casais no que respeita ao número de filhos; e sugerir, por outro, que, num contexto exterior em mudança e a partir dessa margem de indefinição, esses valores se venham a concretizar no futuro, para certos grupos sociais, em descendências ligeiramente mais numerosas.

O Inquérito inclui também informações sobre modelos de socialização da criança no interior das famílias portuguesas. Parecem organizar-se em torno de duas referências principais: a da «conformidade social», em que os pais procuram transmitir aos seus filhos valores que acentuam o respeito pelas normas sociais em vigor e pelas instituições dominantes (ex: «ser obediente», «ter boas maneiras», «ser trabalhador», «ser poupado», «a fé»); a da «autonomia pessoal» em que estão preferencialmente em destaque valores de conduta e de relacionamento mais centrados no protagonismo individual ou colectivo (ex: a responsabilidade, a independência, a tolerância, a imaginação, a determinação, a generosidade).

A escolha de uma ou outra referência é socialmente muito orientada. Nos meios urbanos (com especial destaque para a cidade de Lisboa), as gerações mais novas, os grupos com maiores níveis de escolaridade, as profissões não manuais e os status sociais mais elevados, apostam mais frequentemente numa educação dos filhos centrada nos valores da autonomia; pelo contrário, nas regiões rurais (e também na cidade do Porto) os mais velhos, as camadas com fracos níveis de escolaridade, com profissões manuais, os católicos praticantes, aderem mais facilmente ao modelo da conformidade.

A mulher na sociedade

Passando agora para o campo das representações sobre o lugar das mulheres na sociedade, os resultados do Inquérito apontam para uma larga aceitação da sua presença no mercado de trabalho — facto que é encarado não só como instrumento de independência individual, mas também como fonte de rendimento para o casal. Na verdade, se 80% dos portugueses concordam que «ter um emprego é o modo ideal de uma mulher ser independente», outros 98% defendem «quer o marido, quer a mulher devem contribuir para as despesas da casa». Nem a pretexto do papel maternal parecem surgir significativas reticências à actividade profissional feminina: 76% dos portugueses admitem que «uma mãe trabalhadora pode estabelecer com os filhos uma relação tão profunda como uma que não trabalhe». *Os ideais da reciprocidade entre homens e mulheres fora de casa afirmam-se, no nosso País, com um vigor notável* (bem superior, de resto, à média geral europeia). Essa relevância é particularmente notada entre as próprias mulheres, nos grupos etários mais jovens e nos mais escolarizados, nos status sociais mais altos, residentes em meio urbano (na Grande Lisboa sobretudo), e nos ateus. No entanto, outras respostas bem pontuadas mostram a importância dos valores que, sem pôr em causa a importância do seu emprego, continuam a privilegiar, na esfera doméstica, a presença feminina. Assim, e ilustrando, 62% dos inquiridos concorda que «um emprego é uma coisa boa mas o que as mulheres realmente desejam é um lar e crianças»; 84% admite que «uma criança em idade escolar sofre provavelmente se a mãe tem um emprego», 61% (uma das mais altas percentagens entre os países europeus) defende que «uma mulher precisa de ter filhos para se realizar plenamente» e outros 50% pensam que «ser dona-de-casa é tão compensador com ter um trabalho remunerado». A co-existência desta duas orientações é um sinal da especificidade que parece pesar sobre a actividade profissional feminina (e que raramente encontramos a propósito da masculina): numa cumplicidade estreita entre trabalho e família, nela se projectam, indissociavelmente, os seus atributos de esposa, mãe e dona-de-casa.

O *problema do aborto*, que não apresentámos no ponto anterior (por falta total de informação fidedigna sobre a sua prática no nosso País), foi entretanto abordada no Inquérito. É curioso registarmos que a generalidade dos portugueses mostra sérias reservas à sua prática, notando-se aliás uma estreita

sintonia entre esta atitude colectiva e a perspectiva da lei portuguesa sobre a matéria. Cerca de 80% dos inquiridos pensa que «o aborto raramente se justifica». Apenas entre os grupos de idades mais jovens, nos mais escolarizados, entre os lisboetas, nos que declaram ter uma posição política de esquerda, nos que não são religiosos e ainda em categorias socioprofissionais favorecidas (como patrões, quadros, empregados e independentes não agrícolas) se notam sinais de uma maior permissividade face à interrupção voluntária da gravidez. De resto, a generalidade dos portugueses só a aceitam em situações-limite: «quando a vida da mãe corre perigo» (em que os sim atingem 80%) e «a possibilidade da criança nascer com deficiências físicas» (com 76%). Razões de tipo relacional ou social (por exemplo: a mãe ser solteira, a vontade do casal) recebem uma forte desaprovação.

Os valores relativos à família são assim, entre os portugueses (como os europeus, em geral), uma impressionante fonte de consenso e de acordo. Larguíssimas franjas da população partilham os mesmos valores sobre o lugar e a importância da família no seu dia a dia, sobre alguns aspectos do casamento, o número de filhos desejados, o papel das mulheres dentro e fora de casa.

Ao contrário do que fariam supor as polémicas e os debates de que os media gostam de se ocupar, registámos, para os aspectos focados, uma aceitação e satisfação generalizadas das formas e modalidades correntes da vida familiar.

Algumas das variáveis de caracterização, conseguem mostrar diferenciações neste consistente universo de valores familiares comuns. A idade, o status, a instrução, o grau de religiosidade do entrevistado e mesmo a região onde este reside, são aquelas que mais frequentemente abrem a porta à diversidade e definem pequenas minorias (com um peso quantitativo a rondar os 20-30%) que destoam da média. São as franjas mais jovens, de status médio, com níveis de instrução coincidentes com o ensino secundário, de profissões não-manuais, residentes na região da Grande Lisboa e ateias, que não raro revelam crítica e cepticismo face a formas dominantes de conjugalidade. E, por outro lado, as faixas de idosos, status inferiores, com modestos ou nulos recursos escolares, profissões manuais, habitantes de meio rural e católicos praticantes, que se associam à defesa de certas concepções mais tradicionais do casamento e da procriação.

Influências Socioeconómicas

Da acentuada convergência de valores e da generalizada centralidade da família e do casamento nos quadros de representações contemporâneas em Portugal, não devemos concluir que existe uma forma única de viver e estar em família. Pelo contrário, da evidência empírica incidindo sobre práticas familiares, vimos que existem dinâmicas familiares bem diferenciadas. Os valores e representações gerais constituem um pano de fundo sobre o qual se constroem estratégias, interesses e histórias familiares diversificadas. Embora dispondo ainda de poucos estudos referentes à problemática da diversificação dos modelos familiares em Portugal, parece-nos importante referir alguns resultados recentes. Uma pesquisa sobre as formas de viver o divórcio permitiu distinguir diferentes perspectivas, no meio urbano lisboeta, quanto ao casamento e à ruptura conjugal. Por exemplo, nos grupos socioprofissionais como os quadros superiores e médios, as profissões liberais e os empregados, o divórcio surge como um direito individual a ser accionado no respeito pelo bem-estar do indivíduo, de que depende a harmonia do casal e da família. Neste grupo, os entrevistados consideram o divórcio como tendo origem num problema de relação e no seu progressivo esgotamento. Num outro grupo socioprofissional de operários e operárias, a ruptura conjugal é vivida como consequência da inadequação dos ex-cônjuges ao papel que deles era esperado, e pela sua ausência de sentido de responsabilidade. A perspectiva quanto ao casamento é aqui mais «institucional»: considera-se que, para o bom funcionamento da família, é necessário o cumprimento de um conjunto de deveres e responsabilidades, mesmo que impliquem o sacrifício dos desejos de um dos seus membros. Em síntese, a ruptura conjugal é aceite tanto num grupo socioprofissional como no outro; mas os sentidos investidos e os processos de divórcio são diferentes¹⁸.

Um estudo sobre famílias de pequenos e médios empresários mostrou que o tipo de propriedade e actividade económica define uma organização familiar e conjugal específica. Apesar de um discurso tradicionalista a respeito da divisão de papéis que define para a mulher as tarefas domésticas e para o homem a gestão da empresa, as práticas revelam que, na família de pequenos empresários, a empresa constitui-se como centro de gravidade do quotidiano conjugal e familiar: uma parte significativa de mulheres trabalha juntamente com os maridos, dando

origem a casais mais próximos de uma «carreira a dois» do que das formas típicas de «dupla carreira» ou «mulher doméstica»¹⁹.

Um estudo efectuado no meio rural do Baixo Minho, onde a co-residência de parentes de várias gerações é valorizada como forma de entreaajuda familiar, mostrou que as diferenças socioeconómicas influem, aí também, na organização das solidariedades familiares. Nas famílias de lavradores, onde a propriedade e a actividade agrícola é transmitida de pais para filhos, a família complexa onde coabitam várias gerações (avós, pais, filhos) continua a ser valorizada e praticada como melhor forma de transmitir a propriedade e a profissão agrícolas. A identidade colectiva da família, gerada nos valores da casa e do património, sobrepõe-se à identidade conjugal e individual, interferindo nos perfis escolares, profissionais e matrimoniais dos filhos que «ficam em casa». Nas famílias pluriactivas, que trabalham simultaneamente na agricultura e na indústria, a solidariedade familiar baseia-se mais na troca de serviços. A co-residência de várias gerações é aceite para «ajudar» temporariamente o funcionamento familiar; mas a independência do casal não se subordina, a longo prazo, aos objectivos colectivos. Por último, nas famílias de trabalhadores agrícolas, considera-se que cada indivíduo deve tornar-se autónomo, económica e socialmente. Quando se forma uma família complexa neste grupo socioeconómico, é por necessidade de sobrevivência, quando a mãe é solteira ou um jovem casal tem dificuldade em fundar uma residência independente. Em resumo, os processos de formação da família complexa correspondem a estratégias familiares diversificadas²⁰.

Uma pesquisa realizada sobre trabalho e famílias operárias no Barreiro mostrou entretanto como, em tempos e modos diferentes da industrialização local, a diversidade das experiências do trabalho na fábrica se articulam e são suportadas por tipos diferentes de estratégias familiares. Relações instáveis, precárias, intermitentes com a fábrica, frequentemente associadas às primeiras gerações de operários e aos momentos de entrada na condição fabril, supõem estratégias de sobrevivência (caracterizadas, nomeadamente, pela colocação precoce e indiscriminada de adultos e crianças, homens e mulheres no mercado de emprego, por níveis altos de fecundidade e uma cultura familiar anti-escola); relações estáveis, sólidas e contínuas com a fábrica, próprias de gerações já enraizadas na condição operária, assentam em estratégias familiares de promoção (com uma entrada selectiva e condicional da mão-de-obra adulta no

¹⁸ Cf. Maria das Dores Guerreiro, *Famílias de empresários e trajectórias sociais*, «Sociologia — Problemas e Práticas», n.º 11, 1992, p. 63-77.

²⁰ Karin Wall, *Pour une sociologie des formes familiales dans la société rurale*, Ana Nunes de Almeida, M.D. Guerreiro, A. Torres e K. Wall (eds.), op. cit., p. 163-182. Para outras análises sobre famílias em meio rural, consultar: João Ferreira de Almeida, *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1986; Nelson Lourenço, *Família rural e indústria*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1991; João de Pina Cabral, *Sons of Adam, daughters of Eve — the peasant worldview of the Alto Minho*, Oxford, Clarendon Press, 1986; Brian O'Neill, *Proprietários, lavradores e jornalheiros — desigualdade social numa aldeia transmontana*, Lisboa, D. Quivote, 1984.

¹⁹ Anália Torres, *Fatalidade, culpa, desencanto*, «Sociologia — Problemas e Práticas», n.º 11, 1992, p. 43-62.

universo dos ofícios qualificados, uma redução drástica dos nascimentos e uma séria aposta na socialização escolar das crianças)²¹.

Síntese e Conclusão

A família portuguesa sofreu importantes processos de transformação nos últimos vinte anos, os quais se manifestaram sobretudo na queda das taxas de nupcialidade e de fecundidade, no aumento do número de divórcios e no crescimento da proporção de mulheres na população activa. Esta evolução é característica do conjunto da Europa industrializada, mas Portugal revela alguma especificidade tanto nos ritmos como nos resultados dessa evolução. Distingue-se nomeadamente por uma taxa baixa de nascimentos fora do casamento, indiciando níveis baixos de coabitação, por uma proporção ainda assim elevada de casamentos católicos no conjunto dos casamentos celebrados, por uma taxa de divórcio modesta comparada com as da Europa do norte (e alta no contexto da Europa do sul), por uma proporção baixa de grupos domésticos de uma pessoa só e taxas elevadas de actividade feminina. Olhando para o conjunto dos indicadores analisados, podemos dizer que a especificidade das estruturas familiares portuguesas, no contexto europeu, se define, ainda hoje, por uma persistente aproximação à instituição familiar na sua faceta formal (entrada na vida conjugal através de um ritual, religioso ou civil, procriação dentro do casamento); por uma presença modesta de grupos domésticos de pessoas sós; pela participação intensa das mulheres, tanto na vida doméstica como na vida produtiva no exterior da esfera familiar. Estas características podem, no entanto, vir a modificar-se.

No plano das representações, verifica-se a centralidade da família nos quadros de valores prevaletentes, tendência aliás convergente com o que se passa noutros países europeus. Os níveis de satisfação e de expectativa face à vida familiar são elevados, o que não significa ausência de tendências de mudança. Constata-se uma valorização crescente da igualdade entre os sexos, da realização pessoal e da gratificação nas relações familiares, de maior tolerância no domínio da ruptura conjugal e do recasamento.

Neste contexto de transformações rápidas, os modos de estar e de encarar a família são diferenciados na sociedade

portuguesa. É verdade que se esbatem algumas diversidades que marcavam outrora os comportamentos familiares, como por exemplo a taxa de fecundidade, hoje generalizadamente baixa. Mantêm-se no entanto alguns contrastes importantes entre o Norte (percentagem elevada de casamentos pela Igreja, percentagem baixa de nascimentos fora do casamento, percentagem elevada de famílias complexas) e o Sul (percentagem elevada de casamentos civis e de divórcios). Convém também assinalar a demarcação gradual que se tem vindo a estabelecer entre uma Grande Lisboa, abrangendo minorias que protagonizam atitudes e valores de crítica em relação às formas familiares dominantes e o resto do país que se diz mais conservador.

Para além das diferenças regionais, encontram-se diversidades acentuadas consoante a categoria socioprofissional, o meio social, a idade, o nível de escolarização ou a prática religiosa. Por exemplo, nas categorias socioprofissionais desfavorecidas encontram-se representações mais tradicionais do casamento e da procriação, e uma orientação mais vinculada no sentido da família «institucional». As classes médias urbanas defendem uma vida familiar centrada nos valores da realização individual e da gratificação nas relações conjugais. São lógicas diferenciadas, privilegiando estilos familiares e evoluções variadas, que se terão de estudar melhor no futuro próximo.

Finalmente, é conveniente lembrar que a família, no conceito decorrente da maioria dos dados aqui apresentados — isto é, um homem e uma mulher casados ou um casal com filhos — nunca constitui uma unidade isolada. As formas de solidariedade e de interacção entre parentes próximos ou afastados e entre grupos domésticos vizinhos, contribuem de forma importante para a elaboração de quotidianos familiares específicos. Será necessário perceber em que medida estas situações acompanham os processos de urbanização, de escolarização e de recomposição socioprofissional.

²¹ Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a Família — famílias operárias no Barreiro*, Barreiro. Edições da Câmara Municipal do Barreiro, (em curso de publicação).